

RESUMO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

Na primeira edição do segundo semestre, julgamos importante retomar de modo sintético as principais pautas tramitadas entre os meses de fevereiro e junho. O primeiro semestre foi de intensa atividade, com muitas votações que tiveram como foco ações na área econômica, com impacto na agenda social e claro objetivo de impulsionar o presidente Bolsonaro no processo eleitoral. Foi criado o Auxílio Brasil em substituição ao Bolsa Família, e aprovada ainda a Proposta de Emenda à Constituição que, mesmo no período eleitoral, criou auxílios financeiros para grupos da sociedade civil.

Alguns Projetos de Lei de interesse da Bancada Ruralista, por pressão de entidades da sociedade civil (entre as quais CNBB tem papel relevante), mesmo depois de serem aprovados na Câmara dos Deputados, não seguiram em tramitação no Senado Federal. São os casos dos PLs: do Veneno, da Grilagem, do Licenciamento Ambiental, do ensino domiciliar e dos Jogos de Azar.

Durante o semestre o Plenário aprovou 54 Projetos de Lei, 33 Medidas Provisórias, 23 Projetos de Decreto Legislativo, 11 Propostas de Emendas à Constituição, 6 Projetos de Lei Complementar e 2 Projetos de Resolução. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou 40 Projetos de Lei em caráter conclusivo, que não precisam passar pelo Plenário.

TEMAS PONTUAIS VOTADOS OU EM DISCUSSÃO

Junho Verde

O Projeto Junho Verde, de iniciativa da CNBB, foi aprovado no mês de junho e transformado na Lei 14.393, de 4 de julho de 2022.

Semipresidencialismo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na tentativa de debater e aprovar a adoção do semipresidencialismo como novo modelo de regime político para o Brasil, criou um Grupo de Trabalho. No entanto, o grupo foi esvaziado sem grandes repercussões na sociedade. É importante manter a atenção sobre esta pauta no semestre que se inicia, principalmente com o resultado das eleições, que poderá motivar o debate dessa alteração.

Ensino domiciliar

Foi aprovado no plenário da Câmara o relatório da dep. Luisa Canziani (PSD-PR) para o PL 3179/12, do dep. Lincoln Portela (PL-MG), para usufruir da educação domiciliar (também chamada pelo termo inglês *homeschooling*), o estudante deve estar regularmente matriculado em instituição de ensino, que deverá acompanhar a evolução do aprendizado. Pelo menos um dos pais ou responsáveis deverá ter escolaridade de nível superior ou em educação

profissional tecnológica em curso reconhecido. A comprovação dessa formação deve ser apresentada perante a escola no momento da matrícula, quando também ambos os pais ou responsáveis terão de apresentar certidões criminais da Justiça federal e estadual ou distrital. As alterações incluídas pela Câmara limitaram muito a possibilidade de se exercer o *homeschooling* no país.

Jogos de azar

O Plenário da Câmara aprovou em fevereiro de 2022 o PL 442/1991 que libera a exploração dos jogos de azar. A aprovação da proposta prevê regulamentação para cassinos em resorts, cassinos em embarcações fluviais e bingos em estabelecimentos próprios para a finalidade. A CNBB se movimentou no intuito da não aprovação deste PL. Contudo, com a manobra da mesa diretora da Câmara, incluiu-se no dia da votação o PL que isentava templos religiosos alugados da cobrança de IPTU. Essa manobra resultou na divisão da “bancada evangélica”. Sendo assim, o PL só foi aprovado na Câmara em virtude dos votos de boa parte dos evangélicos.

PEC 39/2011

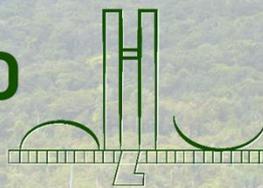
Foi aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição que transfere gratuitamente a Estados e municípios os terrenos de marinha ocupados pelo serviço público desses governos e, mediante pagamento, aos ocupantes particulares. A PEC aprovada deverá impactar as comunidades tradicionais que residem na Amazônia e que não possuem documentos que comprovem sua posse.

Lira cria grupo de trabalho para propor mudanças no Código de Mineração

O Presidente da Câmara retomou, no final de junho, o debate sobre alterações no Código de Mineração. Inicialmente, o grupo debateria sobre o Projeto de Lei que permite mineração em terras indígenas, mas, após críticas contundentes, o debate foi alargado sobre todo o código. Segundo o ato publicado no Diário Oficial da Câmara, o grupo terá 90 dias para formular um parecer, com possibilidade de prorrogação. Lira definiu o dep. Filipe Barros (PL-PR) como coordenador do grupo, responsável por presidir os trabalhos, e o dep. Joaquim Passarinho (PL-PA), que atua há anos no tema, como relator. O relatório deverá ser apresentado após o período eleitoral.

Segurança Pública

O presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) enviou ao Congresso uma série de Projetos de Lei na área de segurança pública. Entre as propostas está o chamado *excludente de ilicitude* (PL 733/2022), que abranda penas a agentes de segurança pública que cometem excessos em confrontos. Outra



proposta (732/2022) altera a Lei sobre as Organizações Criminosas para *punir com mais rigor crimes praticados por quadrilhas* que cercam cidades para promover ações do “Novo Cangaço”. Uma terceira proposta apresentada tange a *Lei Antiterrorismo* (PL 731/2022) para incluir “o emprego premeditado de ações violentas que geram risco à população, com fins ideológicos e políticos, que atentem contra o patrimônio público ou privado”, como ato de terrorismo. Estão excluídas, conforme o texto, condutas individuais ou coletivas, de caráter pacífico, de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, religiosos, entre outros. Os projetos estão em tramitação acelerada na Câmara com a possibilidade de, após as eleições, serem incluídos na pauta do plenário.

Pacote do Veneno

A Câmara aprovou o Pacote do Veneno (PL 6299/2002), de autoria do, à época, senador Blairo Maggi (PPS-MT), na sessão do dia 09 de fevereiro. 301 deputados votaram a favor e 150 contra. Houve intensa mobilização da sociedade civil contrária à aprovação do projeto. Os principais órgãos do governo (Anvisa, Ibama, Fiocruz, MPF) também têm diversas críticas ao texto aprovado.

STF prorroga a suspensão dos despejos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, prorrogou até 31 de outubro a suspensão de despejos e desocupações em razão da pandemia de Covid-19. Foram intensas as mobilizações das entidades de direitos humanos para convencer o STF sobre a necessidade de alterar a data da retomada dos processos de despejos no país. A CNBB, através de seu presidente, Dom Walmor, que ocupa uma cadeira no Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça, propôs esta suspensão e outras providências para proteger a população vulnerável destas desocupações coletivas.

PAUTA DA SEMANA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Os trabalhos do segundo semestre foram reabertos ontem, 01 de agosto. Com o período eleitoral, as sessões serão reduzidas, com possibilidade de votação remota. Isso prejudica o debate e facilita a aprovação de matérias polêmicas. Os próximos meses exigirão muita atenção no acompanhamento legislativo.

- Entre as matérias previstas para a apreciação nesta semana com potencial de incidência sobre a Amazônia está o Req. 963/2022, dos Srs. Líderes, que requer regime de urgência para apreciação do PL 2.942/2019, do Senado Federal, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para

estabelecer que *informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região*. O tema é controverso pois pode autorizar empreendimentos com informação obtidas sem os estudos presenciais no local da ação.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

- PL 3.853/2019 - do Senado Federal - Wilder Morais - (PLS 224/2017) - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido". Relator: Deputado Afonso Hamm.

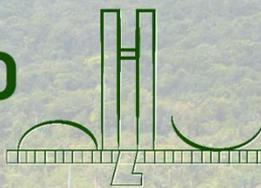
- PL 2.974/2021 - do dep. delegado Éder Mauro (PL-PA) - que "dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, aos produtores e trabalhadores rurais carentes assentados pelo INCRA em projetos de colonização do Governo Federal ao longo dos trechos das BR-163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974". Relator: dep. Paulo Bengtson (PTB-BA). Parecer: pela aprovação.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

- Req. 74/2022 - da dep. Joenia Wapichana (Rede-RR) e outros - que "requer convite ao Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Coordenador Geral de Índios Isolados e Recente Contato (CGIIRC) da Funai para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips na região do Vale do Javari no Estado do Amazonas e apresentar as ações de proteção das Terras Indígenas da Amazônia. "

- Requerimento nº 77/2022 - dos deputados Camilo Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Teixeira (PT-SP) - que "solicita que seja convidado o Ministro da Defesa, Senhor Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, a fim de prestar informações sobre as investigações e providências adotadas em relação ao desaparecimento do jornalista inglês Philips e do indigenista Bruno Araújo Pereira, ocorrido no dia 05.06.2022, no trajeto entre a comunidade Ribeirinha São Rafael e a cidade de Atalaia do Norte, nos arredores da Terra Indígena Vale do Javari, Estado do Amazonas".

- Req. 78/2022 – da dep. Joenia Wapichana (Rede-RR) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP) - que "requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para tratar do dossiê “Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro” produzido pela Indigenistas



Associados (INA) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)".

- PL 10.678/2018 - da dep. Erika Kokay (PT-DF) - que "dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental". Relator: dep. Camilo Capiberibe (PSB-AP). Parecer: pela aprovação.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

Req. 27/2022 - do dep. José Ricardo (PT-AM) - que "requer a realização de audiência pública para debater a *Regularização Fundiária em terras da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)* no estado do Amazonas". Solicitamos ao dep. José Ricardo a inclusão de Pe. Geraldo Bendaham, da arquidiocese de Manaus, e Ronilson, da Comissão Pastoral da Terra, entre os convidados, já que acompanham o tema de perto.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 157/2022 - do dep. João Daniel (PT-SE) e outros - que "susta os efeitos do Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020 que "Institui o Programa *Abrace o Marajó e o seu Comitê Gestor*". A relatora, dep. Vivi Reis (PSOL-PA) deu parecer pela aprovação. A demanda que foi apresentada pela REPAM-Brasil, em reunião realizada com o presidente da CINDRA.

Comissão de Legislação Participativa - CPL

Acontece hoje, 02/08, audiência pública para debater a Carestia, fome e segurança alimentar e nutricional no Brasil. O requerimento é de autoria do dep. Rogério Correa (PT-MG).

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

PL 5467/2019 - altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para reverter em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental cometida em terras indígenas. Autora: Joenia Wapichana (Rede-RR). Relator: Nilto Tatto (PT-SP)

SENADO FEDERAL

Líderes se reúnem na terça para definir matérias prioritárias para o semestre

As prioridades do Senado para o segundo semestre devem ser definidas em reunião de líderes que acontece hoje, 02/08, mas os trabalhos já recomeçam com esforço concentrado.

OUTROS INFORMES

Campanha contra a violência no campo

Foi lançado hoje, 02/08, a "Campanha contra a violência no campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas" organizada por 33 organizações e movimentos sociais. Entre elas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Teia dos Povos, a Cáritas Brasileira, a Articulação Nacional de Quilombos (ANQ) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. A violência no campo brasileiro não para de crescer. Só nos últimos dois anos, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), assassinatos cresceram 75% e o trabalho escravo, 113%.